

225

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Apelação Cível nº: **0287096-2**
Apelante: **Everaldo Dias de Arruda**
Apelado: **Adriana Maria Batista**
Relator: **Des. Jones Figueirêdo Alves**
Revisor: **Des. Eurico de Barros Correia Filho**
Acórdão

EMENTA – APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SAIRÉ QUE XINGOU PUBLICAMENTE PROFESSORA, CHEGANDO A AGREDI-LA FISICAMENTE. TESTEMUNHAS QUE CONFIRMAM O OCORRIDO. RIXA POLÍTICA ENTRE A VÍTIMA, CANDIDATA A VEREADORA, E O APELANTE. JUÍZO *A QUO* CONDENOU O RÉU AO PAGAMENTO DE R\$20.000,00 A TÍTULO DE DANOS MORAIS. APELO PARCIALMENTE PROVIDO AFIM DE REDUZIR O DANO MORAL PARA R\$10.000,00.

- 1) Clarividente o dano causado aos direitos da personalidade da apelada, a qual foi humilhada e agredida em seu ambiente de trabalho, na frente dos alunos para os quais figura como referencial e exemplo, sendo denegrida e subjugada de forma totalmente descabida, desproporcional e arbitrária;
- 2) O *quantum* indenizatório tem como objetivo minimizar os danos sofridos pela vítima, bem como tem conotação educativa para desestimular práticas abusivas e negligentes por parte do agressor e ao mesmo tempo dar uma satisfação à sociedade de Sairé, a qual sentiu-se acuada, ofendida e impotente;
- 3) Por outro lado, necessária se faz a ponderação do *quantum* ao considerar-se que a desavença entre o apelante e a apelada não foi travada entre uma professora e o prefeito, mas entre uma candidata a vereadora e o candidato da oposição ao cargo de chefe do executivo do município de Sairé, sendo prudente a minoração do valor indenizatório para a quantia de R\$10.000,00;
- 4) Recurso parcialmente provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº **0287096-2**, em que figura como apelante **Everaldo Dias de Arruda**, acordam os desembargadores integrantes da Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na conformidade da ata de julgamento, por maioria de votos, em **DAR PROVIMENTO PARCIAL** ao apelo interposto, de conformidade com o voto, que devidamente revisto e rubricado, passam a integrar este julgado.

Recife, 02 de outubro de 2013.

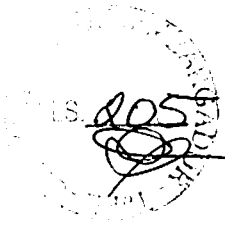

Eurico de Barros Correia Filho
Des. designado para a lavratura do acórdão

acach



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

1



QUARTA CÂMARA CÍVEL

Apelação nº 0287096-2

Apelante: Everaldo Dias de Arruda

Apelada: Adriana Maria Batista

Relatora Substituta: Juíza Valéria Rúbia Silva Duarte

RELATÓRIO:

Trata-se de recurso de apelação interposto por Everaldo Dias de Arruda, contra a sentença proferida nos autos da Ação de indenização por danos morais, promovida por Adriana Maria Batista.

A decisão impugnada entendeu estarem suficientemente caracterizados o ato ilícito, o nexo causal e o dano de ordem moral suportado pela autora, julgando procedente o pedido autoral e condenando o ora apelante ao pagamento da verba indenizatória fixada em R\$20.000,00 (vinte mil reais).

Insatisfeito com a decisão, Everaldo Dias de Arruda apresentou, tempestivamente, recurso de apelação, no qual aduz, em apertada síntese: (I) que os fatos narrados pela autora não foram provados durante a instrução processual; (II) que os depoimentos prestados por todas as testemunhas foram unânimes em negar a existência dos fatos trazidos pela apelada, de modo que o apelante não cometeu qualquer ato ilícito a justificar a sua responsabilidade indenizatória; (III) que a autora não comprovou o dano moral que alega ter sofrido; (IV) que meros dissabores cotidianos não podem ser caracterizados como dano moral; (V) que a verba indenizatória contraria os artigos 944 e 945 do Código Civil, devendo ser minorada acaso se entenda pela ocorrência do dano;

Pede o provimento do apelo para ver reformada a sentença, e, em sucessivo, acaso mantida a condenação, postula a minoração do *quantum* indenizatório.

A apelada apresentou contrarrazões às fls. 187/194, requerendo a manutenção da sentença em todos os seus termos.

É o relatório, no essencial.

À Revisão.

Recife, 06 de dezembro de 2012

Valéria Duarte
Juíza Valéria Rúbia Silva Duarte
Relatora Substituta



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

1

210
H

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Apelação nº 0287096-2

Apelante: Everaldo Dias de Arruda

Apelada: Adriana Maria Batista

Relatora Substituta: Juíza Valéria Rúbia Silva Duarte

VOTO:

Em sua exordial, a autora relata ter sido vítima de agressões verbais e físicas injustamente praticadas pelo apelante em seu local de trabalho e diante de seus alunos.

Analisando o contexto probatório, vê-se que restou incontroversa a situação vivenciada pela apelada, com o seu consequente prejuízo moral, posto que sujeitou-se a uma situação vexatória e de profunda repercussão no plano psíquico, certamente ultrapassando o mero aborrecimento. Senão vejamos.

Primeiramente, ressalte-se que as narrativas dos fatos constantes nos depoimentos prestados pelas testemunhas de defesa, do réu e na contestação divergem profundamente.

Com efeito, em sede de contestação, o ora apelante alegou que:

“ficou transtornado ao saber que as pessoas estariam o acusando de cometer crimes contra o município e solicitou de seus auxiliares e funcionários maiores explicações sobre quem estaria divulgando estas caluniosas informações. Soube então que a Autora, professora municipal, era a responsável por tais alegações e dirigiu-se à escola na companhia de dois funcionários para conversar com a mesma, e contornar a situação da melhor maneira possível.

Ao chegar à escola onde a mesma lecionava, chamou-a e esta se recusou a atendê-lo. O mesmo insistiu que desejava conversar com a autora, pois havia tomado conhecimento de que ela estaria divulgando informações que não condiziam com a realidade. Diante disto, foi repreendida pela réu de que não agisse daquela maneira. Após esta discussão, a autora que até então estava no corredor do colégio, adentrou em sala de aula afirmando aos alunos: “olha quem está aqui, o prefeito de baixo nível que vocês elegeram” (fl. 64).

Aduziu, ainda, que se restringiu a “repreender a demandante pela falta de respeito com que esta estava lhe tratando, sem que tenha sido realizada qualquer agressão física, ou proferida qualquer palavra injuriosa(...)”

Todavia, estranhamento, o demandado, quando da realização da audiência (fl. 119/120), sustentou uma versão dos fatos fundamentalmente distinta:

211
M

ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueiredo Alves

"que naquele dia tinha ido ao colégio fazer uma visita assim como faz aos colégios em geral e ao hospital; que ao chegar no local encontrou-se com a requerente e deu bom dia a mesma, tendo ela respondido: "eu não dou bom dia ao ladrão da CGU"; que o declarante questionou o porquê de ela não dar bom dia a ladrão de CGU, tendo a mesma respondido: "eu não falo com ladrão da CGU"; que em seguida o declarante falou para a mesma que ela era "bichinha sem vergonha"; que após isso o declarante foi embora (...) que atingiu seu objetivo ao fazer a visita ao colégio; que mesmo não tendo falado com nenhum professor viu o colégio, olhou o mesmo e foi embora"

Já as testemunhas de defesa, as quais prestaram depoimentos sem compromisso por serem suspeitas, contaram uma terceira e uma quarta versão, diferentes das anteriores. A testemunha Maria Betânia da Silva declarou que (fl. 122):

"(...) foi juntamente com o prefeito Everaldo ao Colégio São Miguel; Que é costume do Prefeito, após as eleições, visitar os colégios e outros locais, agradecendo os votos recebidos (...) que ao chegar no colégio eles de logo encontraram a requerente e o demandado disse à mesma que queria falar com ela, uma vez que o mesmo tinha tomado conhecimento que ela o tinha chamado de "ladrão"; que em seguida a requerente disse que não tinha nada para falar com ele e o chamou de ladrão; que em seguida o requerido se alterou e disse que ela o respeitasse e a chamou de "bicha desaforada"; que a requerente então disse: "ótimo, pode xingar. Você vai responder por isso na justiça"; que depois deste fato ela e o requerido com também o assessor saíram do colégio (...) que durante todo o período em que o grupo esteve no colégio, eles não falaram com qualquer outra pessoa, seja aluno, professor ou servidor, apenas com a requerente"

Por sua vez, Nelson Batista da Silva Júnior declarou (fl. 123/124):

"que o demandado foi a tal colégio para falar com as pessoas que votaram nele uma vez que fazia pouco tempo da eleição e que é rotina dele fazer isso; que ao chegar no colégio encontraram a requerente e o demandado disse que queria falar com ela; que o demandado disse que queria falar com a autora em razão de ter tomado conhecimento que a mesma o chamou de ladrão nos comícios, uma vez que era candidata a vereadora. Que a requerente disse que não iria falar com ele; que o demandado disse a ela que a mesma estava chamando ele de ladrão; que a autora respondeu que a CGU prova que o chamou de ladrão; que o requerido falou para a requerente lhe respeitar, que ele era o prefeito da cidade, e que ela era "bicha desaforada"; que em seguida a requerente chamou o demandado novamente de ladrão e ele declarante foi embora com o demandado e a pessoa de Betânia (...) que a única pessoa com quem realmente falaram foi



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

3

212
M

com a requerente, dentro do colégio (...)”

Muito embora os depoimentos sejam divergentes em apontar a razão que motivou a visita ao colégio, restou evidenciado que o ora apelante o fez com o manifesto intuito de abordar a apelada, haja vista todos os depoimentos deixarem claro que o réu, assim que chegou ao local, buscou iniciar conversa com a apelada.

Para além disso, não há como sustentar a tese de que se tratava de mera visita rotineira, ou ainda uma visita para agradecer os votos, se o réu sequer chegou a dialogar com qualquer outra pessoa ali presente e, no momento em que terminou a discussão com a autora, deixou o colégio.

Ante o exposto, tenho que há fortes indícios de que o réu se dirigiu ao colégio com o claro intuito de repreender a autora em razão desta supostamente tê-lo chamado de ladrão em seus comícios.

Ressalte-se, outrossim, que as quatro versões do fato não são unívocas quanto ao conteúdo da discussão entre as partes. Certo é, porém, que todas atestam que o réu repreendeu a autora e teria lhe chamado de “bicha desaforada” ou, ainda, “bichinha sem vergonha”. Neste diapasão, mister observar que o inquérito policial acostados aos autos, e não impugnado pelo demandado, contém a oitiva de duas alunas, Tamires Pedrosa da Silva e Chirley Nayara Dias Silva, que testemunharam o fato e afirmaram que presenciaram o prefeito chamar a autora de “negrinha safada, bandida e favelada”.

Somado a isso, tem-se que os depoimentos retro mencionados corroboram a tese autoral, isto é, que o prefeito foi ao local de trabalho da apelada para questionar-lhe sobre as supostas acusações de que este seria ladrão, tendo, então, se alterado e cometido agressões verbais contra a autora.

Isto tudo bem posto e ponderado, vê-se que restou incontroversa a conduta ilícita praticada pelo réu e o conseqüente resultado danoso aos direitos da personalidade da autora.

No caso, o comportamento do apelante merece reprovação, porque, em face das circunstâncias concretas do caso, vê-se que ele deliberadamente se dirigiu ao local de trabalho da parte, onde sabia estarem presentes diversas pessoas, especialmente seus colegas de trabalho e alunos, com a manifesta intenção de “repreendê-la”.

Desse modo, como realçam os doutrinadores, no dano moral o que se penaliza é a culpa de quem o originou, sendo significativo consignar que, na hipótese em questão, o nexo de causalidade entre o atuar reprovável do apelante e o evento danoso experimentado pela apelada está perfeitamente caracterizado.

07-



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

4

213
M

In casu, inequívoco que os xingamentos proferidos pelo apelante ocasionaram ofensa à esfera íntima e individual da apelada. Outrossim, conforme ensina o renomado jurista Rui Stoco:

"Ofender a honra é o mesmo que ofender a moral ou o patrimônio subjetivo da pessoa. E, nesse caso, basta o comportamento ultrajante para caracterizar a ofensa moral, independentemente de qualquer comprovação. Portanto, a calúnia, a difamação e a injúria podem eventualmente não causar dano material, mas só terão existência e estarão caracterizadas se causarem ofensa à honra, pois esta é o seu substrato. E desonrar é o mesmo que desmoralizar. A desmoralização, por sua vez, é a fonte do dano moral e com ele se confunde". (Tratado de Responsabilidade Civil, 6 ed., São Paulo; Editora Revista dos Tribunais, 2004, pág. 783 (682.440-4/7-00))

Ainda sobre o Dano Moral, leciona Sérgio Cavalieri Filho:

"Em outras palavras, o dano moral existe *in re ipsa*. Deriva inexoravelmente do próprio fato ofensivo, de tal modo que, provada a ofensa, *ipso facto* está demonstrado o dano moral à guisa de uma presunção natural, uma presunção *hominis* ou *facti* que decorre das regras de experiência comum". (in Programa de Responsabilidade Civil, 5ª ed., 2ª tiragem, 2004, p. 100).

Portanto, caracterizada a ofensa do réu, caracterizado está o *danum in re ipsa*, que é presumido, segundo as mais elementares regras da experiência comum.

Sobre o tema, confirmam-se os seguintes julgados dos tribunais pátrios:

RESPONSABILIDADE CIVIL Agressão verbal Funcionário público ofendido em seu local de trabalho Ação de indenização por danos morais Sentença de procedência Ofensa verbal comprovada Evento anormal Humilhação e vexame públicos Ato ilícito e dano caracterizados Indenização devida Observância do disposto no artigo 944 do Código Civil Apelação desprovida.

(62120108260466 SP 0000006-21.2010.8.26.0466, Relator: Carlos Henrique Miguel Trevisan, Data de Julgamento: 16/02/2012, 4ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 17/02/2012)

Indenização por danos morais. Ofensa verbal. Palavras desabonadoras proferidas contra autor. Ato ilícito comprovado pela prova oral. Indenização devida. Sentença reformada. Recurso provido.

(1375912920088260000 SP 0137591-29.2008.8.26.0000, Relator: Adilson de Andrade, Data de Julgamento: 29/11/2011, 3ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 30/11/2011)

214
H

ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. OFENSA VERBAL. ATUAÇÃO LEVIANA E IRRESPONSÁVEL DO RÉU. DANO MORAL CONFIGURADO. ATO ILÍCITO. DEVER DE INDENIZAR. QUANTUM MANTIDO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS REDUZIDOS.1. O caso sob exame diz com pedido de indenização por danos morais decorrentes de ofensa verbal perpetrada pelo apelado em face da parte autora.2. Conforme a análise do substrato probatório, o requerido, de fato, ofendeu a honra do autor ao chamar-lhe de "burro" e "boca aberta" perante outras pessoas.3. Diante da situação humilhante e vexatória a que a autora foi exposta, o dano moral configurou-se *in re ipsa*. Dispensada a comprovação da extensão dos danos, sendo estes evidenciados pelas circunstâncias do fato.4. *Quantum* indenizatório por danos morais mantido, na forma posta na sentença. 5. Honorários advocatícios reduzidos. Art. 20 do CPC.

(70050674696 RS , Relator: Iris Helena Medeiros Nogueira, Data de Julgamento: 12/09/2012, Nona Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 14/09/2012)

RESPONSABILIDADE CIVIL Indenização por danos morais Agressão à honra em discurso proferido em comício Prefeito municipal em campanha à reeleição Sentença de procedência Julgamento antecipado da lide e inépcia da inicial Preliminares afastadas Matéria de fato não impugnada pelo réu Legítima defesa da honra Inocorrência Resposta não imediata e desproporcional Sentença mantida Apelação desprovida

(9127890902005826 SP 9127890-90.2005.8.26.0000, Relator: Carlos Henrique Miguel Trevisan, Data de Julgamento: 15/09/2011, 4ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 17/09/2011)

Ademais, pode-se vislumbrar a angústia suportada pela autora, a qual foi alvo de ofensas verbais por parte do réu, causando abalo na sua auto-estima e provocando sérios constrangimentos no meio pessoal, social e profissional.

Feitas essas ponderações, passemos então ao exame da fixação do quantum decorrente do dano moral sofrido.

A sanção decorrente do dano moral não se resolve numa indenização propriamente dita, já que esta significa a eliminação do prejuízo e das suas consequências, impossível quando se tratar de dano extrapatrimonial. A sua reparação, na realidade, opera-se através de uma compensação, e não de um ressarcimento, pois, impondo ao ofensor a obrigação do pagamento de certa quantia de dinheiro em favor do ofendido, ao mesmo tempo em que agrava o patrimônio daquele, proporciona a este uma reparação satisfativa.

Assim, o quantum indenizatório deve seguir os critérios da razoabilidade e da proporcionalidade, sendo fixado num valor que tenha o condão de reparar ou ao

97

215
1

ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

menos amenizar o dano e, em contrapartida, inibir o autor da conduta ilícita, evitar que ele volte a violar o direito de outrem.

Sendo assim, o juiz, ao apreciar o caso concreto, fará a entrega da prestação jurisdicional de forma livre e consciente, à luz das provas produzidas. Verificará as condições pessoais e econômicas das partes, as peculiaridades de cada caso, o prejuízo sofrido pela vítima, a intensidade da culpa e os demais fatores concorrentes para a fixação do dano.

Diante disso e das balizas já indicadas, infere-se que, na situação ora em apreço, o arbitramento da verba indenizatória em R\$20.000,00 (vinte mil reais), tal como fixado pelo MM. Juiz de 1ª instância, fez-se de boa monta e com acerto, servindo tanto à repressão do ilícito - para evitar sua reiteração -, como ao conforto da autora.

In casu, importante salientar que o ofensor é a maior autoridade do Poder Executivo Municipal, e a ofendida é professora municipal, tendo as ofensas ocorrido em seu local de trabalho, na frente de seus alunos e com ampla repercussão no meio social, consoante atestado pelo conjunto probatório. Frise-se, ainda, que os xingamentos utilizados pelo apelante possuem nítido caráter discriminatório. Destarte, considerando as circunstâncias do caso concreto, a verba indenizatória há de ser fixada em patamar considerável, caracterizando uma punição significativa.

Entendo, portanto, que se elevado é o quantum arbitrado, maior ainda foi a ofensa praticada pelo réu contra a autora e o dano de ordem moral dela decorrente. Diante do exposto, tenho que o valor arbitrado pela juíza sentenciante não merece ser reduzido.

Por tais razões, nego provimento ao apelo, mantendo-se a sentença recorrida inalterada em todos os seus termos.

É como voto

Recife, 12/09/13

Valéria Duarte
Juíza Valéria Rúbia Silva Duarte
Relatora Substituta



QUARTA CÂMARA CÍVEL	
Apelação Cível nº:	0287096-2
Apelante:	Everaldo Dias de Arruda
Apelado:	Adriana Maria Batista
Relator:	Des. Jones Figueirêdo Alves
Revisor:	Des. Eurico de Barros Correia Filho
Voto de Revisão	

Trata-se de Apelação Cível interposta contra decisão do Juízo da Vara Única da Comarca de Sairé - PE, nos autos da **Ação de Indenização por Danos Morais**, que julgou procedente o pedido da inicial e condenou o réu ao pagamento de R\$20.000,00 (vinte mil reais) a título de danos morais.

Compulsando os autos verifica-se que, na peça exordial e nos depoimentos que prestou, a autora relata que no dia 10 de outubro de 2008, o então prefeito da cidade, ora apelante, abordou a apelada em seu local de trabalho, a saber, o Colégio Municipal São Miguel, questionando se ela o havia chamado de "ladrão". Em resposta à pergunta, a recorrida afirma que respondeu que "não" e que havia comentado que, conforme relatório da Controladoria Geral da União, havia indícios de que ele desviava verbas públicas.

Após sua resposta, narra que Everaldo Dias dirigiu-se a esta com palavras injuriosas, tais como "bandida", "negrinha", "safada", "baixa" e "favelada". Ainda segundo a autora, esta adentrou em uma sala de aula e foi seguida pelo réu, ocasião em que olhou para os alunos e disse: "*gente, olha aqui o prefeito de baixo nível que vocês elegeram! Vejam o que ele está fazendo comigo!*". Por fim, afirma que este a puxou pelos cabelos e a empurrou para frente, estando presentes no local cerca de trinta e cinco (35) alunos.

Junta aos autos diversas matérias jornalísticas onde constam informações sobre o ocorrido e outras supostas agressões verbais e ameaças feitas pelo réu contra pessoas que não o apoiaram na campanha eleitoral. Acosta também o inquérito policial com o depoimento prestado por várias testemunhas na delegacia da cidade.

Destaque-se o depoimento da professora Danúbia, às fls.46, posteriormente confirmado em audiência:

"Que em 10.10.2008, após às 10h00min, a depoente se encontrava no banheiro do Colégio Municipal São Miguel quando, ao sair de tal compartimento, ouviu uma voz, reconhecendo a que era do prefeito municipal, senhor Everaldo Dias de Arruda, que falava alto, o que motivou a depoente a se dirigir, chorando, à sala dos professores, pois acreditava que poderia ser constrangida pelo prefeito, uma vez que, no seu pensar, tal fato iria ocorrer, pois a depoente votou no candidato opositor ao atual prefeito."

Posteriormente, seguem no inquérito policial os depoimentos das adolescentes Tamires Pedrosa e Chirley Nayara, (fls.31 a 35) alunas da 6ª série "B", as quais encontravam-se no local do ocorrido e presenciaram a conversa do lado de fora da sala entre o então prefeito e a professora Adriana. Declararam que ouviram quando ele perguntou se ela o havia chamado de ladrão e quando este a xingou de "negrinha, safada, bandida e favelada", tendo ambos entrado na sala da 6ª série "A" em seguida.

Já a adolescente Natália Maria, aluna da 6ª série "B", relata às fls.37 que estava do lado de dentro da sala quando o prefeito agrediu a professora Adriana puxando-a pelos cabelos e voltou a xingá-la de "negrinha, safada, bandida, baixa e sem vergonha".

As três adolescentes declaram que os fatos foram presenciados pelo coordenador do colégio, Flávio Cariri.

É necessário ressaltar que, no termo de audiência (fls.118 a 125), a autora Adriana relata exatamente a mesma história constante na exordial e também no depoimento prestado em delegacia. Entretanto, o mesmo não é observado na fala do réu Everaldo.

Na peça contestatória, o recorrente nega as acusações e afirma que dirigiu-se ao Colégio apenas para esclarecer as declarações caluniosas que a professora havia feito a seu respeito e que em nenhum momento a agrediu física ou verbalmente, mas que houve uma discussão entre ambos e que agiu apenas em legítima defesa.

Já em audiência, diferentemente, declara que foi ao colégio fazer uma visita de rotina e que abordou a professora com um "bom dia", tendo recebido como resposta da apelada a frase "eu não dou bom dia a ladrão da CGU". Disse que após essa afirmação da professora, a chamou de "bichinha sem vergonha" e se retirou da escola, sem falar com qualquer coordenador, entrar em qualquer sala ou falar com qualquer aluno, não tendo ocorrido nada além disso.

As duas testemunhas arroladas pelo requerido são todas suas assessoras na prefeitura e trabalharam diretamente na campanha eleitoral do réu, tendo sido ouvidas pelo Juízo de primeiro grau apenas na condição de informantes. Ainda assim os depoimentos são conflitantes, posto que a assessora Maria Betânia afirmou, contrariamente ao declarado pelo requerido em audiência, que este havia se dirigido ao colégio na intenção de tomar satisfação quanto à suposta afirmação da professora de que o havia chamado de ladrão. Ao que se seguiu, afirmou que o réu xingou a autora de "bicha desaforada".

Em sua peça apelatória, o recorrente alega que não há nos autos prova suficiente da ocorrência do fato e que não foi configurado o dano moral, posto que meros dissabores do dia a dia não ensejam reparação do dano.

É sabido que casos como o em apreço são de difícil aferição da verdade, posto ser comum não haver prova documental e ser necessário grande atenção por parte do julgador para conflitar os depoimentos colhidos e identificar possíveis falácias no intuito de esconder a verdade.

No meu sentir, os depoimentos sempre coerentes da autora, somados à perfeita consonância com o que foi dito pelas demais pessoas presentes no dia do ocorrido e ainda acrescido da fala destoante do réu, da suspeição de suas testemunhas arroladas, são por demais suficientes para que não haja dúvidas sobre o afirmado pela professora Adriana e nem sobre a gravidade do ocorrido.

A despeito de não terem comparecido em audiência, os relatos das alunas colhidos na delegacia e que presenciaram os fatos narrados não podem ser tratados como irrelevantes. Ademais, o réu teve acesso ao inquérito colacionado aos autos e em nenhum momento posicionou-se sobre o declarado pelas estudantes.

Entendo ser descabida a argumentação do apelante quando tenta vincular uma violação grave à dignidade da pessoa humana da apelada ao argumento de que agiu em "legítima defesa", posto que, em nenhum momento do processo, provou que havia sido caluniado pela recorrida.

Para a configuração do dano moral, necessário que tenha sido atingido algum direito da personalidade daquele que pleiteia a indenização. Vislumbro ser clarividente o dano causado aos direitos da personalidade da apelada, a qual foi humilhada e agredida em seu ambiente de trabalho, na frente dos alunos para os quais figura como referencial e exemplo, sendo denegrada e subjugada de forma totalmente descabida, desproporcional e arbitrária.

Diante de casos como o exposto, o Poder Judiciário não pode quedar-se inerte e permitir que um agente investido do poder público de representar os cidadãos de um

município aja de forma discricionária e abusiva, valendo-se de seu cargo para criar um clima de terror e de insegurança social.

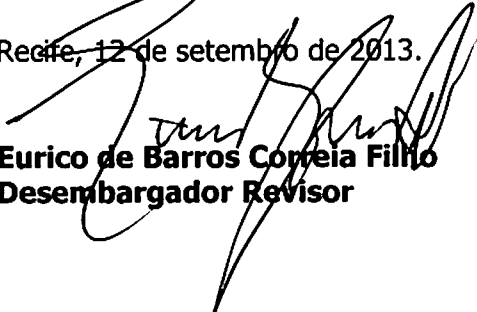
É cediço na doutrina e jurisprudência que o *quantum* indenizatório tem como objetivo minimizar os danos sofridos pela ofendida, bem como tem conotação educativa para desestimular práticas abusivas e negligentes por parte do agressor e ao mesmo tempo dar uma satisfação à sociedade de Sairé, a qual sentiu-se acuada, ofendida e impotente. Outrossim, apresenta-se esta como uma medida de prevenção social à reiteração de situações semelhantes e por esta razão o *quantum* deve ser determinado tendo em vista a relevante responsabilidade pública do então prefeito, o qual deve arcar com as conseqüências de seus atos destemperados.

Por outro lado, necessária se faz a ponderação do *quantum* ao considerar-se que a desavença entre o apelante e a apelada não foi travada entre uma professora e o prefeito, mas trata-se de uma briga política entre uma candidata a vereadora e o candidato da oposição ao cargo de chefe do executivo do município de Sairé e por esta razão entendo ser razoável minorar a indenização por danos morais. Obviamente que este fato não justifica a atitude desmedida do apelante, mas também não pode ser desconsiderado.

Pelos motivos expostos, pois, entendo ser justa e necessária a condenação do recorrente ao pagamento de danos morais à recorrida.

Diante do expendido, voto pelo **PROVIMENTO PARCIAL** do recurso e a condenação do apelante ao pagamento de R\$10.000,00 (dez mil reais) a título de danos morais à apelada, acrescido de juros de mora a partir do evento danoso (agressão) e correção monetária a partir desta data, mantidos os demais termos da sentença.

Recife, 12 de setembro de 2013.


Eurico de Barros Correia Filho
Desembargador Revisor

acach